

ACM faz críticas ao governo

Senador diz que falta interesse para aprovar reforma tributária

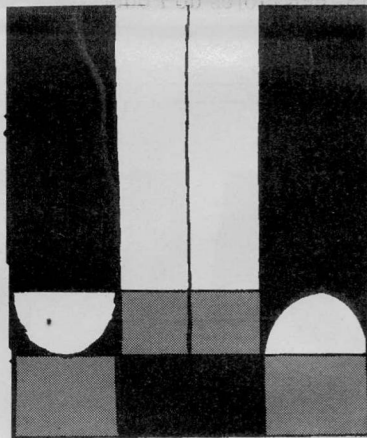
Doca de Oliveira
de Brasília

O presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), bateu forte no governo federal e fez um afago aos empresários brasileiros na manhã de ontem. “A reforma tributária não foi aprovada por que o governo não tem interesse. Está mais preocupado em aprovar o FEF, que é como um colchão de espuma”, declarou ACM, durante evento comemorativo ao Dia Nacional da Indústria. Foi ovacionado pelos empresários que estiveram na sede da entidade para entregar-lhe a Agenda Legislativa da Indústria para este ano, que lista 131 projetos de interesse do setor em tramitação no Congresso.

O documento também foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP). Nove lideranças empresariais usaram da palavra para reiterar a urgência da aprovação da reforma tributária e do programa de modernização dos portos. “Esses projetos são essenciais para a redução do custo Brasil, do que depende a definitiva inserção de nossa economia no mercado internacional”, disse o

presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Da pauta anunciada ontem, 12 propostas referem-se ao tema tributário, seis a questões de infra-estrutura e 10 a questões trabalhistas. O senador não poupou críticas ao an-



damento das reformas no Congresso e pediu maior agilidade na aprovação dos projetos. “As reformas são fatores essenciais ao desenvolvimento e a consolidação da estabilização econômica do País”.

O presidente do Congresso respondeu defendendo o Congresso. “O que não foi votado

não é culpa nossa”, afirmou. Magalhães tomou como exemplo a tramitação da reforma da Previdência no Senado. “Vamos nos esforçar para aprovar a reforma com mudanças. A Câmara votou falhas imensas”, criticou.

No documento divulgado ontem, a CNI aponta a reforma tributária como o principal obstáculo para o desenvolvimento da indústria nacional, junto com o “custo Brasil”. “Se a reforma tributária não for aprovada, dificilmente as empresas terão condições de competir frente aos preços internacionais”, afirmou o integrante do Conselho de Política Econômica da CNI e empresário do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau.

Na avaliação dos empresários, a modernização dos portos brasileiros é condição essencial para a competitividade da indústria. “O setor portuário deveria ser o principal elo do transporte de cargas do País”, defendeu o empresário José Carlos Gomes Carvalho, presidente do Conselho de Infra-estrutura da CNI. Carvalho criticou duramente os preços portuários praticados no Brasil, a atuação dos sindicatos – que qualificou como monopolizadora.